



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026

VALIDADE: 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que prevista no Edital e comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Aos 01 (um) dias do mês de abril de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Córrego Novo/MG, situada na Avenida Prefeito Carlito Caetano Campos, nº 235, Centro, Córrego Novo/MG, compareceu a Sra. Hordânia Francisca da Silva Caetano Campos, Secretária Municipal de Saúde, inscrita no CPF nº 099.533.636-92, que, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, por deliberação do Pregoeiro Oficial e da Equipe de Apoio, e por ela homologada conforme Processo Administrativo nº 008/2026, resolve registrar os preços para futura e eventual contratação do objeto descrito nesta Ata, tendo como beneficiária a empresa DOCTOR - MODERNIZACAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 51.833.964/0001-51, com sede à Rua Juca Quintão, nº 103, Centro, Córrego Novo/MG, CEP 35.345-000, neste ato representada por Gabriel Silveira Pedra, inscrito no CPF nº 133.051.756-30, conforme condições e especificações constantes do Edital e seus anexos.

ITEM	QUANT.	UNIDADE MEDIDA	DETALHAMENTO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	2.496	Hora	Prestação de serviços especializados em Psicologia para atuação na Atenção Primária à Saúde	47,62	118.859,52
2	1.560	Hora	Prestação de serviços especializados em Serviço Social para atuação na Atenção Primária à Saúde	53,93	84.130,80
3	1.248	Hora	Prestação de serviços especializados em Nutrição para atuação na Atenção Primária à Saúde	62,19	77.613,12
4	2.808	Hora	Prestação de serviços especializados em Fisioterapia para atuação na Atenção Primária à Saúde	78,86	221.438,88
5	2.496	Hora	Prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia para atuação na Atenção Primária à Saúde	91,99	229.607,04
6	2.496	Hora	Prestação de serviços especializados em Educação Física para atuação na Atenção Primária à Saúde	47,79	119.283,84
7	832	Hora	Prestação de serviços especializados em Odontologia para atuação na Atenção Primária à Saúde	58,12	48.355,84

TOTAL GERAL ESTIMADO: R\$ 899.064,40 (oitocentos e noventa e nove mil, sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de saúde, destinadas à atuação na Atenção Primária à Saúde – APS, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Córrego Novo/MG, por hora efetivamente prestada, conforme condições, especificações e quantitativos estimados constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência e a proposta vencedora, prevalecendo as disposições do Termo de Referência quanto às características técnicas do objeto.



2. DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços registrados, os fornecedores e as condições de fornecimento constam do(s) Anexo(s) desta Ata e decorrem do resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026.

2.2. Os preços registrados serão aplicados às contratações futuras, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

03. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para futuras contratações do respectivo objeto, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Córrego Novo/MG.

3.2. O registro de preços não assegura à detentora da Ata direito subjetivo à contratação, constituindo mera expectativa de direito, ficando a Administração facultada a realizar as contratações conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

3.3. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas por meio de contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

04. DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. A execução dos serviços decorrentes desta Ata ocorrerá nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado no Termo de Referência e na respectiva Ordem de Serviço.

4.2. Os prazos para início e execução dos serviços serão aqueles definidos no Termo de Referência e na Ordem de Serviço emitida pela Administração.

4.3. O detalhamento quanto às condições de execução, carga horária, locais e demais especificações técnicas constará do Termo de Referência, que integra esta Ata independentemente de transcrição.

05. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento decorrente das contratações oriundas desta Ata será efetuado mediante crédito em conta bancária da detentora, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou instrumento equivalente.

5.2. A Nota Fiscal deverá observar as exigências constantes no Termo de Referência.

5.3. A liquidação da despesa ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para aferição do cumprimento das obrigações contratuais.

5.4. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou saneamento da Nota Fiscal suspenderá o prazo para pagamento até sua regularização.

5.5. O pagamento obedecerá à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações, nos termos da legislação vigente.



5.6. Não será efetuado pagamento enquanto houver pendência decorrente de penalidade aplicada ou irregularidade na execução do objeto.

5.7. O preço registrado inclui todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.8. O Município poderá sustar o pagamento enquanto não forem sanadas irregularidades verificadas na execução.

5.9. Nos casos de atraso de pagamento não justificado, provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios

VP = Valor da parcela em atraso

N = Número de dias entre o vencimento e o efetivo pagamento

$I = (TX / 100) \div 30$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no Edital/Contrato

06. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A detentora da presente Ata de Registro de Preços obriga-se a atender às solicitações formalmente emitidas pela Administração durante sua vigência, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na respectiva Ordem de Serviço.

6.2. A execução dos serviços deverá observar integralmente as especificações técnicas, carga horária, qualificações profissionais e demais exigências constantes no Termo de Referência.

6.3. Cada contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante emissão de Ordem de Serviço, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, na qual constarão as condições específicas de execução.

6.4. Constatada qualquer irregularidade, desconformidade ou inexecução parcial ou total do objeto, a detentora será notificada para promover as adequações necessárias no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.5. As contratações decorrentes desta Ata poderão sofrer acréscimos ou supressões nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, observadas as limitações legais.

6.6. A detentora deverá manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, inclusive regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

6.7. A detentora é exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução das futuras contratações, não havendo qualquer vínculo empregatício entre seus profissionais e o Município.



07 - DAS PENALIDADES

7.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus



empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz,



bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até EPP (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:



a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

08 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

8.1. Os preços registrados poderão ser reajustados mediante solicitação da detentora da Ata, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste concedido.

8.2. O reajuste será calculado com base na variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurada nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao pedido, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

8.3. A aplicação do reajuste dependerá de requerimento formal da detentora da Ata, devidamente instruído, e será analisada pela Administração.

8.4. Independentemente do reajuste anual, poderá ser concedida revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis.

09 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. O objeto desta Ata será recebido pela unidade requisitante nos termos do art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes no Termo de Referência.



9.2. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório, mediante ateste do fiscal do contrato ou responsável designado, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações estabelecidas;

II – Recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e da conformidade dos serviços prestados, mediante termo circunstanciado ou ateste definitivo.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da Ata pela perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe sanar eventuais irregularidades identificadas.

10 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito, pela Administração, quando:

I – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

II – a detentora não atender às solicitações de execução dos serviços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

III – der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente desta Ata;

IV – ocorrer inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

V – os preços registrados se tornarem superiores aos praticados no mercado;

VI – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

VII – nas demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2. O cancelamento será formalizado por decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3. A comunicação do cancelamento será realizada por meio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

10.4. A detentora poderá solicitar o cancelamento do registro de preços mediante justificativa formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo à Administração avaliar o pedido e aplicar, se for o caso, as penalidades previstas.

10.5. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assumir o registro, nas condições propostas pelo primeiro classificado ou nas condições negociadas, conforme interesse público.

11 – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução dos serviços decorrentes desta Ata será autorizada, caso a caso, pela Secretaria requisitante, mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

11.2. A emissão da Ordem de Serviço não obriga a Administração a utilizar integralmente os quantitativos estimados, constituindo mera expectativa de direito à detentora.



12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026;

II – o Termo de Referência;

III – a proposta da detentora do registro.

12.2. Esta Ata não gera obrigação imediata de contratação, constituindo registro formal de preços e condições para futuras contratações.

12.3. Fica eleito o foro da Comarca de Caratinga/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Córrego Novo, 01 de abril de 2026.

HORDANIA
FRANCISCA DA
SILVA CAETANO
CAMPOS:0995336
3692

Assinado digitalmente por HORDANIA
FRANCISCA DA SILVA CAETANO
CAMPOS:09953363692
ND: C=BR, CN=CP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA G1, OU=27489125000183, OU=HORDANIA FRANCISCA DA SILVA CAETANO
CAMPOS:09953363692
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localidade:
Data: 2026.04.01 13:50:57 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Hordânia Francisca da Silva Caetano Campos
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente



GABRIEL SILVEIRA PEDRA
Data: 01/04/2026 15:00:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOCTOR - MODERNIZACAO E SERVICOS LTDA
Gabriel Silveira Pedra
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF Nº _____

Nome: _____

CPF Nº _____